
**O BRASIL, A VENEZUELA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA AMÉRICA
LATINA E DO IMPÉRIO**

**BRASIL, LA VENEZUELA Y LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CONTEXTO DE
AMÉRICA LATINA Y DEL IMPERIO**

**BRAZIL, VENEZUELA AND SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF LATIN
AMERICA AND THE EMPIRE**

Paola Estrada¹

João Pedro Stedile²

Jorge Giordani³

Na seção Entrevista sob o título **O Brasil, a Venezuela e os movimentos sociais no contexto da América Latina e do império**, reunimos três entrevistas. Uma, feita com Paola Claudia Carolina Estrada Camargo, intitulada: **O Brasil no contexto das mudanças na América Latina e no império**, outra, com Jorge Giordani, que trata da Venezuela, com o título: **A Venezuela e desafios do tempo presente**, ambas semiestruturadas por Paulino José Orso e uma terceira, com João Pedro Stedile, primeiramente elaborada para o livro PENSAR, das editoras SUDESTADA (Argentina)/La FOGATA (México)/ EL PERO Y LA RANA (Venezuela), cedida pelo autor, para publicar no Brasil, pela Revista Germinal, em que faz uma **Análise da situação política e dos movimentos populares da América Latina**. As mesmas analisam os ataques impetrados pelo imperialismo sobre a América Latina, em especial, sobre a Venezuela e o Brasil, ricos em riquezas naturais, minerais e petrolíferos, centrais do ponto de vista do projeto político e geoestratégico de dominação estadunidenses para o século XXI, bem como, analisam os impactos desses ataques sobre os movimentos sociais populares.

O BRASIL NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS NA AMÉRICA LATINA E NO IMPÉRIO

Paola Estrada

G.: Até um passado recente, os termos direita e esquerda, pareciam ter caído de moda. Afinal, eles ainda fazem sentido? Em caso positivo, o que caracteriza direita e esquerda no atual momento?

E.: São conceitos que seguem e seguirão fazendo sentido. Ser de direita é se posicionar pela manutenção da exploração humana, por isso muitas vezes dizemos que na direita estão os "conservadores". Já a esquerda se posiciona e luta pelo fim da todo tipo de exploração e opressão. Vale dizer que isso é uma ultra-simplificação, e que há um amplo espectro de posições e de matizes teóricas que podem caber dentro dessas duas denominações. Porém essa distinção seguirá existindo enquanto houver exploração e se traduzirá em qualquer idéia, ação política ou conceito filosófico.

G.: Depois da queda do Muro de Berlim, de um lado, propagou-se intensamente a ideia do fim do socialismo e do comunismo e, de outro, simultaneamente, a ideologia do "fim da história". A senhora concorda com a tese de que não há alternativa para além do capitalismo?

E.: Todas as grandes transformações da história precisaram de fracassos para serem bem sucedidas. Não haveria de ser distinto com o socialismo. Essa é uma batalha ideológica que seguimos enfrentando cotidianamente, mas após a explosão da crise econômica do capitalismo em 2008, essa tese do "fim da história" perde cada vez mais força.

A crise que o capitalismo vive desde então tem se demonstrado uma das mais profundas de sua história, com dimensões comparadas à crise de 1929, pois tem características estruturais, atinge a raiz do sistema de acumulação capitalista atual, e prolongadas, já que não dá sinais de esgotamento em curto prazo. Além disso, essa crise econômica tem outras dimensões de grande importância, é também uma crise social, política e ambiental. Uma crise social, pois as classes capitalistas do mundo, para manter suas altas taxas de lucros, transferem sua crise para as classes trabalhadoras, aumentando a exploração sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que aumentam as taxas de desemprego e se reduzem os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Uma crise política, pois para impor seus interesses e satisfazer suas necessidades diante da crise, as classes dominantes precisam alterar as formas de governar a seu favor, e para isso elas não tem nenhum pudor, em dar golpes, criar guerras e manipular informações. Além disso, há uma crise ambiental muito grave, já que para satisfazer sua assanha por lucros, os capitalistas exploram os recursos naturais sem levar em conta as consequências ambientais e sociais que os modelos extrativistas podem trazer na atualidade e para as gerações futuras.

G.: Apesar da propriedade privada não ter sido posta em questão, nos últimos tempos, aconteceram e continuam ocorrendo muitos golpes e ataques contra governos considerados progressistas na América Latina e contra os que não cerram fileiras com o império. Há elementos comuns nesses golpes? Quais? Porque estão ocorrendo?

E.: Seguramente há muitos elementos comuns nos novos tipos de golpe.

Primeiro, é importante ressaltar que eles ocorreram em um contexto de crescimento das lutas contra as consequências nefastas das políticas neoliberais dos anos 1990, lutas estas que desembocaram nas conquistas destes governos. Logo, não se pode negar que os golpes ocorrem também como reação a estas conquistas e tentativa de retomada de espaço político por parte dos setores de classe que estavam prejudicados nestes governos. Percebemos isso com mais nitidez quando olhamos ainda mais de perto para as experiências de Golpes mal sucedidas (2002, na Venezuela, 2008 na Bolívia e 2010 no Equador) e os “bem sucedidos”, 2004, no Haiti, 2009 em Honduras, 2012 no Paraguai e 2016 no Brasil.

E olhando especialmente para os golpes concretizados, alguns analistas, como Tokatlián, já reconhecem que há um fenômeno chamado *neogolpismo na América Latina*, que possui diversas características comuns, tais como: ocorrem sob formatos e atores diferenciados dos golpes da década de 1960 e 1970, com características de serem formalmente menos violentos, liderados por civis (com o apoio implícito ou cumplicidade explícita dos militares), mantêm certa aparência institucional, não envolvem necessariamente uma grande potência e têm como objetivo resolver, pelo menos inicialmente, um impasse político ou social potencialmente destrutivo.

G.: Porque não se verifica nenhum golpe nem crítica de violação dos direitos humanos contra governos alinhados ao império?

E.: Pois é, com os golpes, e tentativas de golpes que assistimos nos últimos períodos ficaram cada vez mais claros os interesses imperialistas dos EUA na América Latina, e como os governos se posicionam em relação a eles, pois mesmo aonde os golpes não tiveram sucesso, os governos e os oligopólios da mídia regional, servis aos interesses dos EUA, seguiram numa política de "sangramento" cotidiano contra os governos progressistas e de esquerda, centralmente contra o Governo da Venezuela, o acusando de violar os direitos humanos, o que além de ser uma falácia, chega a ser irônico, já que os EUA é um dos países que mais tem presos políticos no mundo, além de manter a Base de Guantánamo, como um centro de prisão e tortura que viola os direitos humanos diariamente.

G.: Qual a especificidade do golpe desfechado contra o governo Dilma Rousseff, contra Lula, contra o PT no Brasil?

E.: O golpe no Brasil, fundamentalmente, cumpre o mesmo papel que nos demais países, de colocar os setores das grandes burguesias associadas ao imperialismo no centro da direção política destes governos para promover uma Segunda Ofensiva Neoliberal. Isso envolve interesses estratégicos do imperialismo estadunidense em nível mundial, pois este tem buscado sair de sua crise econômica apropriando-se de recursos naturais e ganhando novos mercados para suas empresas, ou seja, na América Latina eles encontram essas duas saídas.

O Brasil tem grandes riquezas naturais (como o Petróleo, Gás Natural e Minérios) e grandes mercados internos, mas, além disso, há duas especificidades que vale a pena nos atentarmos, no sentido de compreender o caráter do golpe: 1) durante os governos Lula e Dilma, o Brasil vinha se destacando como um importante articulador político das chamadas "economias emergentes", representadas especialmente nos BRICS, que representam o principal polo de disputa de mercado com os EUA; 2) com a crise mundial, a baixa dos preços das *commodities* e as crescentes dificuldades da política neodesenvolvimentista dos governos do PT, diversos setores da burguesia pressionavam fortemente o governo Dilma para que se empreendesse a retirada de direitos dos trabalhadores, inicialmente o governo cedeu e apresentou o ajuste fiscal do início de 2015, no entanto, os governos do PT tinham um limite em relação a isso pois corriam o risco de romper completamente com as bases sociais que os sustentavam, em outras palavras, o governo não poderia retirar o tanto de direitos que estas frações exigiam, somente um Governo Golpista e ilegítimo o faria, como temos comprovado diariamente com a continuidade do Golpe sobre nossas riquezas e nossos direitos.

G.: Os Estados Unidos negaram sua participação no golpe no Brasil. A senhora acredita na versão de que foi um produto genuinamente tupiniquim ou eles tiveram participação? Em caso positivo, que elementos demonstram ou evidenciam a participação no golpe?

E.: Não há dúvidas de que os EUA têm muito interesse e parte no golpe. Há evidências apresentadas por Assange e Snowden de como os EUA estavam espionando o Governo Dilma e também a Petrobrás, no entanto ainda que não há evidências explícitas de sua participação no golpe contra Dilma, mas seguramente a história nos demonstrará de que forma o governo imperialista agiu para influenciar neste processo. Recordemos que os EUA também negavam sua participação no golpe de 1964, precisamos de anos para que depoimentos e documentos históricos viessem à tona, demonstrando que seu papel conspirador foi central e decisivo.

G.: Como a senhora avalia a atuação dos movimentos sociais populares, dos sindicatos e partidos de esquerda frente ao golpe contra a presidente Dilma e aos ataques impetrados contra os trabalhadores?

E.: A esquerda brasileira é muito diversa, mas tem demonstrado grande unidade e capacidade de mobilização na Luta Contra o Golpe. Durante 2016, construímos grandes atos nas principais cidades do país e a cada dia que passa fortalecemos a Frente Brasil Popular como instrumento unitário, que avança rumo a um Programa Comum que acumulará num Projeto Popular para o Brasil, que represente uma alternativa concreta para o povo brasileiro.

Agora, não temos dúvida de que nas mobilizações de 2016, ainda que as direções sindicais estivessem presentes, nos faltaram as massas populares trabalhadoras do país, que em sua grande maioria assistiu o golpe pela televisão. Mas já vemos este quadro se alterar com as mobilizações contrárias à Reforma

da Previdência proposta pelo Governo Golpista, as mobilizações dos últimos dias 08 e 15 de Março demonstraram grande apoio popular e pararam muitas capitais do país, e há boas perspectivas quanto a Greve Geral programada para o próximo dia 28 de Abril, em todo o país.

G.: O PT está morto? Por quê? Como se explica o crescimento vertiginoso e assustador do conservadorismo em tão pouco tempo?

E.: Desde 2013 vivenciamos uma crescente polarização política no país que se expressou em diversos espaços sociais: nas ruas, nas famílias, na televisão, no governo, etc. Os conflitos de classe se agudizaram, se tornaram mais explícitos. Desde então, as pessoas se sentem muito mais compelidas a "tomar partido" em diversas questões de interesse geral. Por isso, tenho muitas dúvidas quanto ao crescimento do conservadorismo e das posições de extrema direita, penso que talvez, devido à polarização, estas ideias agora tenham mais espaço público do que em períodos anteriores recentes.

Outro aspecto que podemos destacar sobre este crescimento é o fato destas ideias aparecerem como reação às conquistas que os governos progressistas proporcionaram a setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, enfrentando a meritocracia tão impregnada historicamente na sociedade brasileira. Assim, as ideias de extrema direita vêm associadas a uma negação do PT, de seus líderes, de seus símbolos e de tudo que possa representar a esquerda e o enfrentamento aos ideais liberais capitalistas.

Estas ideias também estiveram presentes do Golpe dado contra a presidenta Dilma, somadas a expressões de extremo machismo e misoginia. E com a continuidade do Golpe continuam a se fazer presentes quando estes setores, somados ao "Partido Lava Jato" e a Grande Mídia Golpista, empreendem grandes esforços para destruir o PT e a imagem de líder popular de Lula.

Finalmente, não me arrisco a fazer afirmações a respeito do fim do PT, pois apesar das perdas que o Partido sofreu segue existindo como ferramenta eleitoral e acabar com ele segue na mira principal dos golpistas. E apesar de eu nunca ter militado no PT e não apostar nele como uma ferramenta revolucionária acredito que defender o PT e Lula neste momento é tarefa de todo militante e ativista da esquerda brasileira que luta contra o golpe e contra o avanço do fascismo e do Estado de Exceção no Brasil.

G.: Que o papel teve a mídia em relação ao golpe no Brasil?

E.: A Grande Mídia brasileira teve e segue tendo um papel crucial no Golpe, pois somada ao que pode ser chamado de "Partido Lava Jato", são os principais articuladores ideológicos do Golpe.

A grande mídia brasileira atua como um autêntico Partido de Direita e tem a Rede Globo como sua principal liderança. Atua como partido, pois: tem um programa definido e portavozes para dialogar com as distintas frações de classe; atua para insuflar as altas classes médias para sair às ruas pelo Golpe; atua para desmoralizar e destruir seus inimigos da

esquerda e do PT, seus líderes; atua para justificar e legitimar as ações de retirada de direitos dos trabalhadores por parte do Governo Golpista; entre tantas outras maldades.

G.: De um lado, vemos o restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba, as negociações para um acordo de paz entre o governo da Colômbia e as guerrilhas das FARC e do ELN e, de outro, os ataques aos governos progressistas na América Latina. O que tem a ver uma coisa com outra? Com explicar essa aparente contradição? E qual o significado do Governo Trump?

Cada caso desses tem suas especificidades, que poderiam suscitar muitos debates. Mas em linhas gerais acredito que se olharmos mais de perto veremos mais "complementariedade" do que contradições. São ações combinadas do Império Estadunidense, que diante das necessidades e fragilidades nacionais de cada país, atua para sair de sua crise capitalista explorando mais recursos naturais e ganhando mais mercados, daí pra diante é luta política.

A eleição de Trump representa, sobretudo, a disputa sobre os rumos e as saídas para a crise capitalista através de um nacionalismo e protecionismo de direita. Já sobre sua política externa, os analistas internacionais mais especializados ainda têm muitas dúvidas de como o governo Trump agirá neste sentido, pois apesar de ter acabado com a proposta do TPP e questionar outros TLCs, no âmbito da política para a América latina, Oriente Médio e Rússia ainda estava muito nebuloso. No entanto, os ocorridos recentes, no ataque de mísseis à Síria e a frontalidade do conflito com a Rússia já nos dão alguns sinais importantes.

G.: Tendo presente o atual contexto em que nos encontramos no Brasil, na América Latina e no mundo, que tendências se afiguram para as lutas dos trabalhadores? É possível mudar essas tendências ou a catástrofe é certa? Se é possível mudar, como e o que fazer? Isso significa o fim da ideia de revolução e de transformação profunda da sociedade?

E.: Vivemos tempos de lutas políticas intensas e aceleradas, o que dificulta prever ou desenhar cenários, mas o que importa destacar é que estamos em movimento, e que a polarização e acirramentos dos conflitos não deve nos abater ou intimidar, pelo contrário, acredito que estamos num período de intensas batalhas que forjarão toda uma nova geração de lutadoras e lutadores revolucionários, o que nos dá alegria e esperança para seguir adiante.

O Capitalismo já não consegue mais se colocar como alternativa para a humanidade, como o fez nas décadas de 1980 e 1990, em que Neoliberalismo aparecia como a grande salvação para a crise dos anos 1970, e suas benesses eram amplamente propagandeadas para a população. Nesta segunda ofensiva neoliberal que vivemos o capitalismo e o imperialismo ainda estão disputando internamente as saídas para a sua profunda crise.

Do nosso lado, há muitas formas de luta ocorrendo em todo o mundo, em especial das Américas, da África e da Ásia, e não temos dúvidas de que um grande desafio é articulá-las de forma internacional. Na América já temos os Movimentos Populares da ALBA, mas precisamos construir um processo desta qualidade em outras regiões do mundo e que estejam articulados entre si. As forças populares e da esquerda não têm uma expressão única de suas propostas e ideias, mas seguimos batalhando em construir alternativas unitárias e comuns com as várias expressões dos que lutam contra o Imperialismo, o Capitalismo, o Patriarcado, o Racismo, o Colonialismo, e as mais diversas formas de exploração e dominação.

E gostaria de finalizar dizendo que estou profundamente convencida de que enquanto houver exploração e dominação, a chama da revolução permanecerá viva!

ANALISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA E DOS MOVIMENTOS POPULARES DA AMÉRICA LATINA

João Pedro Stedile

G.: Em uma recente conferência, Garcia Linera (vice-presidente da Bolívia), propôs que se fizesse uma "análise de terminologia militar, analisando as forças e cenários, sem esconder nada." Sendo exigente na crítica e autocrítica. O que você acha que foram as limitações ou erros mais decisivos dos governos que, sendo parte do ciclo progressiva dos últimos 15 anos na região, perderam o governo ou estão em situações críticas que possam comprometer a sua continuidade?

S.: Não devemos misturar os governos progressistas da região na mesma análise. Em cada país, as condições da formação sócio-econômica, a correlação de forças, o comportamento da burguesia e os interesses do imperialismo norte-americano, são diferentes. E isso faz cada país ter uma avaliação distinta. Embora seja verdade vivemos um período comum na América Latina do surgimento de governos progressistas, pela via eleitoral.

Na nossa avaliação dos movimentos populares da ALBA, vivemos um contexto de intensa luta de classe continental entre três propostas que se enfrentavam no interior dos nossos países e a nível continental.

De um lado, as burguesias locais aliadas e subordinadas ao capital estadunidense, e às vezes europeu, defendiam o modelo neoliberal como forma hegemônica. Isso aconteceu sobretudo no México, na Colômbia, Honduras e Chile, para citar alguns casos.

Um segundo projeto era resultante de uma composição de classes heterogêneas e resultou na proposta do modelo neo-desenvolvimentista, propondo um crescimento econômico baseado na indústria, mas

em aliança com o agronegócio de exportação, e políticas sociais de distribuição de renda (não da riqueza) para a com a classe trabalhadora. Os países mais representativos dessa proposta foram o Brasil e ARGENTINA.

E o terceiro projeto que chamamos de projeto ALBA, em honra do presidente Chávez, que foi seu inspirador, que se propunha ser um modelo anti-imperialista, de reformas estruturais da economia e de integração continental popular. Ele está presente nos governos de Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua, e agora El Salvador, mas em cada país tem uma característica diferente.

Não me atrevo a fazer um balanço dos erros que ocorreram em cada um desses governos progressistas ou dos que tinham a proposta de construir o projeto ALBA. Em cada país há circunstâncias de correlação de forças e condições subjetivas das várias forças populares que é impossível encontrar uma única análise que explique o erro de todos.

Mas, como militante de movimento popular e da esquerda brasileira, sim, temos um balanço dos erros cometidos por nossos governos que nos levaram à derrota político-eleitoral, com o golpe de abril de 2016 e depois à derrota nas eleições municipais de Outubro de 2016.

Primeiro, há um contexto histórico em que se ganhou as eleições presidenciais de 2002, num cenário ainda de refluxo dos movimentos de massas. E só ganhamos porque houve uma profunda crise do neoliberalismo, e parte da burguesia aliou-se a nós.

Economicamente, fizemos uma aposta correta de retomar o crescimento da economia, pela indústria, o que permitiu, em oito anos, o financiamento de projetos sociais e distribuir renda. Mas não ousamos fazer reformas estruturais na economia, como reduzir os pagamentos de juros pelo governo por uma dívida interna impagável e inexplicável, que financia apenas os capitalistas rentistas e que hoje consome quase 40% de todos os recursos do orçamento da União. Não se fez uma reforma tributária para cobrar aos mais ricos e isentar os mais pobres, que até hoje são os que mais pagam impostos. Não fizemos a reforma agrária, que é uma medida econômica para impulsionar o mercado interno e liberar as forças produtivas do campesinato pobre.

Na política, não foi feita uma reforma política que teria que ser pela via de uma assembleia constituinte, para promover um novo modelo democrático, mais participativo, sob o controle das maiorias. E não se propôs fazer mudanças no poder judiciário. Também não tivemos a coragem de promover uma reforma para democratizar os meios de comunicação de massa.

Assim, ao longo dos 14 anos de governos progressistas no Poder Executivo, a burguesia continuou hegemônica na economia, no Congresso Nacional, no poder judiciário e no controle dos meios de comunicação de massa. Então, eles mantiveram o controle do poder político e a correlação de forças sob sua hegemonia.

E tudo o que se fez nos manteve prisioneiros de uma visão estratégica da conciliação de classes, não de luta de classes. E quem dorme com Inimigo, como dizemos, amanhece gravido da derrota!

G.: A relação estado-movimentos populares tem sido discutida nas últimas décadas. Qual é o balanço das experiências que aconteceram dentro dos governos protagonistas deste ciclo progressista?

S.: Mais uma vez eu não ousou fazer um balanço do continente. Eu posso falar do nosso país [Brasil], e mais especificamente dos movimentos populares no Brasil, onde atuamos. Como MST, sempre procuramos atuar sob o princípio da autonomia do movimento em relação aos partidos, a governos e ao Estado, que continua burgues. Mas, lamentavelmente, essa não foi a prática de todos os movimentos, e nós percebemos que, especialmente o movimento sindical, por sua natureza corporativa e de negociação, muitas vezes se iludiu com promessas de governos amigos.

O próprio Lula sempre disse, o papel de um movimento popular é fazer pressão de massas, se não o governo não funciona. Ou como defendeu Frei Betto, que esteve no governo Lula: “O governo é como uma panela de feijão, só funciona sob pressão (do povo)!”.

Claro, tivemos um contexto de um período em que as massas, satisfeitas com as migalhas, não se propuseram a se mobilizar, então, nos faltou a pressão das massas.

No campo, tentamos com milhares de famílias fazer ocupações de terras e acampamentos, mas ainda assim não foi o suficiente para quebrar a aliança do governo com o agronegócio e acelerar a reforma agrária.

Também podemos fazer um balanço crítico dos muitos líderes populares que iludidos com o espaço institucional, deixaram os movimentos e ocuparam espaços no parlamento e no governo. Isso tirou muita experiência acumulada dos movimentos, que não tinham quadros suficientes para conduzir a luta de classes.

E, finalmente, também por parte da maioria dos movimentos populares se abandonou a formação política, de estudar os pensadores clássicos, que são os que nos ajudam a conhecer a correlação de forças, a história da luta de classes, e a alimentar a nossa ideologia classista da necessidade de um projeto autônomo da classe trabalhadora.

Então, nesse relacionamento governo-estado-movimentos populares, o erro principal foi dos movimentos, o Estado continuou burguês e os governos amarrados em seus programas sociais e de redistribuição de renda. Mas os movimentos populares deveriam retomar nossa autonomia, nossa independência de classe, entender que só a luta de massas altera a correlação de forças na sociedade e na gestão do Estado e só a luta aumenta o nível consciência das massas. E dentro dos movimentos, se dedicar a formação de quadros e militantes, que é a coluna vertebral de qualquer processo organizativo da classe.

G.: Os processos na Venezuela e na Bolívia, especialmente, se mostraram mais resistentes ou sólidos que os governos da Argentina e do Brasil. Você concorda com a caracterização que diferencia os projetos nacional / revolucionário, no primeiro caso, de neodesenvolvimentistas / capitalistas, no caso dos governos mencionados no segundo exemplo? Isso diferencia o maior apoio popular recebido pelos primeiros e falta de apoio nos segundos?

S.: Bem, o que aconteceu em governos de corte neo-desenvolvimentista como o da Argentina e do Brasil, já comentei tomando como exemplo o Brasil, que é onde vivemos e participamos. A diferença destes processos com a Bolívia e Venezuela, são muitas. Nestes países, há só uma burguesia compradora, mercantil, ao contrário de Argentina e Brasil, que são burguesias industriais e latifundiárias mais fortes, mais consolidadas como burguesias locais e mais articuladas na sua aliança com a burguesia internacional dos Estados Unidos e da Europa. Assim, a administração de um governo popular, embora o estado seja burgues, facilita o controle desse tipo de burguesia que acumula apenas na esfera comercial, e de importação e exportação.

Em segundo lugar, há uma maior tradição de lutas populares. Não é por acaso que nesses dois países os governos venceram as eleições em contexto de desmoralização dos partidos da direita, mas também em um ambiente de reascenso dos movimentos de massas na Venezuela e na Bolívia.

Os dois governos têm uma identidade e diálogo permanente com as organizações de massa. As pessoas participam ativamente dos processos, e às vezes também os critica. Como foi o caso do aumento do preço da gasolina na Bolívia que as pessoas foram para as ruas e forçaram o governo a mudar a política. Ou em processos eleitorais, quando ocorreu o que se denominou “voto castigo” aos governos. Ou seja, as massas têm consciência do apoio ao projeto que o governo impulsiona, mas não aceitam comportamentos ou erros de membros do governo, que às vezes praticam a corrupção ou não priorizam soluções para os problemas do povo.

Então o estímulo à participação popular pelos governos foi o que os salvou.

Se quer encontrar uma comparação... o governo Dilma tentou se defender em espaços institucionais. Nunca se preocupou em apoiar ou incentivar a luta de classes com a mobilização de rua. Os movimentos populares a defendemos sozinhos E o resultado está aí. Seus pretensos aliados institucionais a traíram e a derrotaram.

Na análise da correlação de forças, também conta a existência nesses dois países de forças armadas ou setores majoritários delas, que são nacionalistas, bolivarianos, anti-imperialistas, e os seus membros, originários das camadas populares. No caso do Brasil, temos uma marinha e força aérea formadas apenas por pessoas provenientes das elites, e ideologicamente se comportam assim.

Mas, tanto a Venezuela como Bolívia tem de enfrentar problemas estruturais na sua economia para o avanço de projetos mais avançados, seja de libertação nacional, seja anti-imperialista e ainda mais se pretendem pós-capitalista. Essa é a questão, pois não tem um parque industrial desenvolvido que possa produzir nacionalmente bens necessários para atender as necessidades objetivas da população, como por exemplo, comida, roupas, móveis e utensílios em geral.

É um processo de industrialização da economia leva décadas. Chávez tinha clareza e queria usar a renda petrolífera para fazer essa inflexão na economia. Ele estava tentando, mas isso leva tempo. Teve que começar a resolver os problemas sociais históricos e avançou na construção de uma infraestrutura social básica, e agora estão na fase de formação de uma nova indústria.

O mesmo está acontecendo na Bolívia, que é altamente dependente das economias da Argentina e brasileira e de seus hidrocarbonetos.

Daí também a outra visão histórica de Chavez, que na nossa América a liberação para modos de produção mais avançados vai depender de uma integração econômica e popular entre todos os países da América do Sul e, em seguida, da América Latina. A partir daí, a ideia da necessidade de construir espaços comuns continentais na economia, com o intercâmbio de matérias primas de petróleo, minérios, a energia elétrica entre nós, e a criação de uma moeda comum, que ele propôs ser o SUCRE (não em homenagem ao General, mas como um sistema único de conversão de moeda). E no plano político a construção dos organismos da ALBA e a CELAC.

E no plano do mercado comum, a ideia era avançar do MERCOSUL para um grande mercado comum da Unasul, para defender-se diante dos impérios estadunidense e europeus, e das suas corporações transnacionais, que disputam os nossos mercados.

G.: A coordenação da Alba-movimentos, da qual você foi membro da Secretaria Operativa até a última assembleia, reúne movimentos populares de todo o continente, para além das consignas de governos. Como você vê esses movimentos, que destaca como pontos fortes e fragilidades?

S.: Na América Latina temos contruído nos últimos anos uma unidade muito importante entre todos os movimentos populares (no sentido genérico, que reúne várias formas de organização). E essa unidade é construída na luta concreta, continental, desde os tempos do enfrentamento ao neoliberalismo. Nós fizemos a articulação contra o neoliberalismo e as cerimônias colonialistas dos 500 anos. Nos organizamos contra a ALCA, e vencemos. Logo depois, em muitos países houveram lutas de massas contra a privatização da água, contra as bases militares, etc.

Esse foi o contexto, no qual a partir do governo de Chavez continuamos com um diálogo acerca de como ir concretizando e organizando essa articulação. A princípio, pensou-se que poderia ser junto aos governos progressistas no quadro da ALBA. Mas, em seguida, em diálogo também com Chávez, mantivemos a autonomia dos movimentos e nos conformamos como articulação independente.

Nós articulamos movimentos populares desde o Canadá até a Patagônia. Temos mais de mil movimentos populares no continente. Já realizamos duas assembleias continentais, uma no Brasil e outra recente (Dez / 16), em Bogotá, onde se consolidou uma visão política comum, uma plataforma de lutas comuns, e várias iniciativas coletivas no continente, em termos de comunicação, de formação de quadros, com vários esforços para construir escolas nacionais que se relacionem com outros países. Temos os movimentos articulados com Telesur e Radiosur; temos brigadas internacionalistas, que atuam na América Central, Venezuela, Haiti; temos a vontade política para impulsionar programas de alfabetização de adultos, com o método cubano “Sim eu posso”; enfim estamos avançando.

Mas também temos muitos desafios. O mais importante deles é que precisamos agora fazer lutas de massa comuns, em todo o continente contra os mesmos inimigos, as corporações transnacionais. Temos inimigos comuns de movimentos populares em todo o continente, relacionadas com sementes e os agrotóxicos (Monsanto, Bayer, BASF, ADM, etc.); temos inimigos comuns entre as petroleiras e

as empresas de mineração canadenses e gringas. Inimigos que vem explorar água potável (como a Nestle, Coca-cola, etc). Inimigos que nos impoem governos anti-democraticos.

E também temos o desafio de promover formas comuns de comunicação, potencializar o uso de rádios, da Telesur, dos jornais e outras formas culturais de formação e comunicação.

Temos o desafio de ter, em cada país e em todos eles, nossas escolas de formação política, para elevar o nível ideológico de nossa militância.

E temos uma agenda anti-colonial que devemos priorizar, na solidariedade com a Argentina na questão das Malvinas; com os portoriquenhos, hondurenhos, cubanos e colombianos, na luta contra as bases militares gringas que são enclaves coloniais; Belize e a esquecida situação de Guiana Francesa... e a saída para o mar para Bolívia.

Esperamos que nos próximos anos, fruto da profunda crise do sistema capitalista, em termos econômicos, políticos e da própria natureza do estado burguês, se gere um processo de reencenso do movimento de massas no nosso continente. E, com ele, surgirão novas formas de luta, novos líderes, novos governos, e uma nova etapa histórica para os povos da América Latina. Estou muito otimista e confiante, pois apesar das nossas fraquezas, da correlação de forças adversas, temos um sistema econômico moribundo, que certamente não vai morrer por si só, mas não representa mais esperança ou possibilidade de progresso social, como foi no século passado.

G.: O Papa Francisco abriu o diálogo com os movimentos populares na América Latina e no mundo. Você o chamou de um “Papa revolucionário”. Você acha que Francisco pode tomar o lugar deixado por Hugo Chavez para os Povos de Nossa América, e mais, ser um líder ético e político para aqueles que promovem lutas anti-capitalistas no mundo?

S.: O Papa Francisco é uma figura revolucionária, pela sua postura que vem tomando a partir das mudanças propostas na Igreja Católica e sua relação com a sociedade em geral.

Desde que tomou posse, procurou aos movimentos populares, a partir da sua confiança e experiência com os movimentos populares argentinos, e organizamos reuniões anuais dos movimentos populares de todo o mundo com o Papa.

Ele sempre afirmou que queria falar com os trabalhadores, com os que se organizam para lutar por mudanças, sem esquemas burocráticos... que não queria movimentos de caráter pastoral, etc.

Não impôs nenhuma restrição de religião, fé, etnia, opção sexual... e assim, se conformou um espaço com participação dos movimentos que atuam no mundo do trabalho, na luta pela moradia e pela terra.

E esses espaços são muito importantes, pois, além do diálogo, que nunca havia ocorrido antes, de um papa com líderes de movimentos populares de todos os continentes (e isso também é um sinal revolucionário!). São espaços de debate, para refletir sobre os dilemas da humanidade, no contexto de uma grave crise capitalista, política, ética e ambiental.

No último encontro, em Roma, em novembro passado, as principais questões foram o Estado e a democracia representativa, que está falida; e por outro lado, a questão dos refugiados. Participamos

mais de 200 líderes dos cinco continentes. Convidamos pensadores para discutir essas questões, esteve Mujica, Vandana Shiva, entre outros.

Consolidamos diversas propostas e visões. Vimos como o Estado burguês não funciona e a democracia burguesa representativa, nascida na Revolução Francesa, acabou. Temos que pensar em novas maneiras de exercer a democracia participativa, a democracia popular, em que o povo organizado possa exercer o seu poder político e fazer funcionar o Estado em seu favor, e não contra ele, como é agora.

Em seu discurso final, o Papa nos surpreendeu a todos/as, quando lançou conceitos radicais, disse que o verdadeiro terrorista destes tempos modernos são os estados. Porque promovem a venda de armas, promovem a discórdia entre os povos, em disputa pelos bens da natureza e dos mercados. Ele também fez duras críticas a posição dos governos Europeus que gastam bilhões de euros para salvar bancos, e destinam centavos para socorrer aos milhões de refugiados que chegam à Europa, expulsos pelas armas que os europeus-capitalistas e seus governos vendem na África e no Oriente Médio.

Não se deve comparar Francisco, a Chávez, Fidel, Maduro, Lula... Ele atua em um espaço diferente. Ele é um líder religioso. Mas é revolucionário porque a partir de um espaço religioso, eclesial, assumiu radicalmente a causa do povo. Então, na correlação de forças internacionais, é nosso aliado, nosso companheiro, e vai nos ajudar a conscientizar as pessoas de que as empresas transnacionais, o capital financeiro e seus governos, são os responsáveis pelo infortúnio da humanidade.

LA VENEZUELA Y LOS DESAFÍOS DEL TIEMPO PRESENTE

Jorge Giordani

G.: Qual o papel e a importância que teve a educação no processo da Revolução Bolivariana?

G.: Desde los primeros documentos que formuló el Comandante Hugo Chávez en “El Arbol de las Tres Raíces”, la “Constitución de la República Bolivariana de Venezuela”, aprobada el 15 de diciembre de 1999, la política social incluyente durante todo su mandato, los Planes de la Nación formulados, las medidas y políticas y proyectos llevados a cabo; la educación tuvo un papel de primera prioridad e importancia.

Inspirados en el pensamiento revolucionario de Simón Rodríguez, Maestro del Libertador Simón Bolívar, se llegó a la creación de las Escuelas Bolivarianas, al proceso de alfabetización nacional, al libre acceso a nuevas instituciones desde el preescolar a las universitarias, a las Misiones Sociales, y tantas otras medidas y acciones que muestran en concreto dicha prioridad y el fundamento para la formación del nuevo ciudadano y la República Bolivariana.

Con la “Declaración del Rumbo al Socialismo”, 31 de enero 2005, se intensifica la acción en el campo de la educación para la elevación de la consciencia y la responsabilidad del nuevo republicano, y la transición a una sociedad basada en la lógica del trabajo.

Sin la educación como acción permanente en los seres humanos, como factor de elevación de su esencia y espiritualidad, no es posible construir una sociedad que pueda superar las contradicciones antagónicas que vive nuestro país, y el proceso de enajenación y alienación que produce el metabolismo de la lógica del capital. La educación a todo nivel, desde el nacimiento del ser humano hasta el cierre de su ciclo de vida, dicha actividad se convierte en fundamental y permanente de todo ciudadano para construir el futuro de Venezuela.

La política de inclusión social, los resultados de las llamadas Metas del Milenio en el campo de la educación, muestran los avances alcanzados durante el gobierno bolivariano, allí están los hechos y las cifras para mostrar los resultados obtenidos en poco más de una década de acción gubernamental.

G.: A que se deve os ataques impetrados pelos Estados Unidos sobre a América Latina, a Venezuela e o Oriente Médio? Seriam estes os sinais de que o Império está entrando em seu ocaso, como afirmam alguns analistas ou representa o seu contrário, um poder quase que absoluto?

G.: Dichos ataques forman parte de lo que ha sido la política imperial del gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica, desde su conformación como imperio, desde la doctrina de Monroe, ataques que se acentúan luego de la Segunda Guerra Mundial, luego del “Acuerdo de Yalta”, la “Guerra Fría”, el derumbe de la Unión Soviética a principios de los noventa del siglo pasado, el “Consenso de Washington”, el considerar a la América Central, el Caribe y América del Sur como el “Patio trasero de USA”, con una lista de intervenciones larga de enumerar desde finales del Siglo XIX, todo el Siglo XX, y lo que va del Siglo XXI. Una constante en la agresión hacia nuestros pueblos del sur del continente y en general del resto del mundo.

Punto de no retorno fué derrota en la Guerra del Vietnam, donde el ejército USA debió salir como los franceses primero, los japoneses después y todos quienes han intentado invadir y someter a ese heróico pueblo. De tomar en cuenta como punto de no regreso la “crisis de la lógica del metabolismo del capital”, “crisis estructural” como lo analiza el Profesor István Mészáros, en su obra magna “Más Allá del Capital”, a partir de lo cual, como lo muestra, esa lógica no es capaz de superar contradicciones antagónicas como las de los Estados nacionales y las transnacionales, el problema de la igualdad sustantiva, el desempleo estructural y el problema de la sustentabilidad de la vida sobre el planeta. Con esa situación, la crisis se ha hecho reptante, global, permanente y sin solución en el ámbito de la lógica del capital, lo que plantea el problema de la transición hacia otra lógica diferente, basada en el metabolismo del trabajo, esto es, el socialismo.

En este contexto de crisis estructural, el imperio USA, por más capacidad que tenga en el sector industrial militar y mediático, no tiene la posibilidad global de seguir imponiendo su plena y única

voluntad y sentido de dominación a todos los países del globo terráqueo. Continúa sí en sus políticas intervencionistas, coloreadas de una supuesta “democracia representativa”, como ilustración lo que ocurrió a partir del 2008 con la llamada crisis de financiarización, cuya secuela aún se siente en USA, Europa, y en América toda.

Predecir lo que va a ocurrir en el futuro es don de pitonisos, lo que si parece cierto es la continuación de la política de agresión, y el intento de dominación para la explotación de otros pueblos que poseen, como es el caso de Venezuela, una de las mayores reservas de hidrocarburos en el planeta, lo cual le es y sigue siendo conveniente a los intereses de los grupos monopolísticos y financieros, como muestra basta un botón de lo que ocurrió en Venezuela con el “Golpe de Estado” de abril del 2002, el siguiente “Sabotaje petrolero” de finales de ese año, y principios del año siguiente. Hoy en día con el apoyo abierto a los sectores más conservadores de la oposición interna junto a aliados en el resto del mundo, muestran la permanencia de su acción intervencionista, solo que ahora en condiciones de no ser el único actor en la geopolítica mundial con todos los megatones que dispongan para una Guerra de exterminio del género humano. Si no se entiende que nos encontramos inmersos en esa dicha “crisis estructural del capital” como un marco de referencia para comprender lo que ocurre no solamente en Venezuela, en América Latina y el Caribe, podríamos suponer que las cosas no han cambiado en el mundo, y no es así, por supuesto otros factores explicativos deben ser sometidos a un riguroso análisis para ver las diferencias en los conflictos que hoy se tienen, y el poder visualizar las opciones para superarlos, en cada país en particular. Para Venezuela a considerar, lo que se ha llamado el “colapso del rentismo petrolero” y más recientemente con el agravamiento de una “crisis de hegemonía”, si se quiere, entendida en términos gramscianos.

No tiene hoy USA el poder absoluto en este mundo multipolar, pero si la posibilidad de destruir a la totalidad de la presencia de la vida humana sobre la superficie del planeta Tierra, todo ello como terribles y trágicos dilemas de un poder imperial capaz de cualquier acción de barbarie superior a las ya conocidas en Hiroshima y Nagasaki hace ya algunas décadas para someter al imperio japonés.

G.: Como se explica que, de um lado, os Estados Unidos restabeleça paulatinamente as relações diplomáticas com Cuba e “apoie” os acordos de paz entre as FARC, o ELN e o governo colombiano e, de outro, aperte o cerco contra a Venezuela considerando-a “uma ameaça extraordinária aos Estados Unidos”?

Expresiones simultáneas de la doble política del “garrote y la zanahoria”.

Me pregunto si cualquiera de los latinoamericanos de hoy tenemos algún derecho, posición ética o moral, o cualquier otro motivo para no apoyar los procesos de las “supuestas” nuevas relaciones que muestra el gobierno USA en relación a Cuba, o el proceso de negociación que se realiza en Colombia. “No hay mal que dure cien años ni cuerpo que lo resista”, dice el dicho popular.

Como revolucionarios conscientes y realistas, debemos considerar los peligros y amenazas producto de las las circunstancias actuales, lo que no quita reconocer a la “lucha de clases” como motor de la

historia, y la defensa de los pueblos del mundo por su autodeterminación, contando con la solidaridad de quienes luchan por un mundo que supere al capitalismo como sistema y a la lógica del capital como mecanismo de enajenación y alienación del ser humano. Lo que actualmente sucede en Cuba, y en Colombia, como procesos singulares debe ser visto en el contexto de una lucha de mayor respiro, las que libraron nuestros pueblos primigenios ante la arremetida del imperio español de hace siglos. La conquista de América Latina y el Caribe como territorio permanente de paz debe ser visto, como parte de la lucha por la liberación, de la independencia, de la superación de toda dominación extranjera, en la cual seamos capaces quienes habitamos esta parte del planeta de luchar por una sociedad diferente al capitalismo. En eso se nos va la vida, y se ha ido la de tantos revolucionarios que la entregaron a nombre de esa libertad, como lo dijo en una sentencia que hacemos nuestra de Eduardo Galeano, “la lucha por la libertad es una lucha de nunca acabar”. Por tanto debemos apoyar con todo lo que podamos esos esfuerzos que se libran hoy en Cuba y en Colombia, pero también los que se dan e otros países por la simple razón de esa solidaridad internacional si es que queremos impedir la barbarie, como una vez lo mencionó Rosa Luxemburgo.

G.: Qual a causa da crise pela qual passa a Venezuela, a queda nos preços do petróleo ou à guerra econômica patrocinada pela oposição com o apoio dos Estados Unidos? Qual o peso e a responsabilidade de cada um dos fatores em relação à crise venezuelana?

G.: Contradicciones históricas actuales en Venezuela

Si en todo movimiento histórico debe llegar a su degeneración para que se desarrollen fuerzas destinadas a sustituirlo y a crear uno nuevo, en el caso venezolano actual de mitad de la segunda década del Siglo XXI, al menos tres contradicciones operan como momentos históricos que deben ser considerados en la lucha por superarlas.

Una primera, es la identificada a nivel de la lógica del metabolismo del capital en su crisis estructural, y la posibilidad de alcanzar una nueva sociedad basada en la lógica del trabajo, para ello contamos con las investigaciones prolongadas y esenciales de István Mészáros que ilustran los antagonismos y la necesidad de pasar a otro tipo de metabolismo, en pocas palabras fundado en un modo de producción socialista, como movimiento “dialéctico” que supera las fronteras de la formación económico social venezolana y se convierte en una necesaria estrategia de aquellos pueblos que sufren los efectos de la enajenación del trabajo bajo la égida del capital, de sus representantes, los capitalistas en sus diferentes formas y modelos, particularmente en nuestros días con el predominio del sector financiero. Toda estrategia en esa dirección debe contar con la unión de esfuerzos que superan aquellas con las cuales pueda contarse a nivel nacional, y en consecuencia debe conformarse una estrategia común con todos aquellos que luchan por los procesos de liberación a los diferentes niveles y perspectivas en el globo terráqueo. Se trata de una lucha a nivel mundial que pasa, de manera necesaria, por la conjunción de esfuerzos y la unión al tratar de combatir y el definir las formas internacionales y nacionales de lucha en un objetivo común.

Una segunda flagrante contradicción, que afecta ya en particular a Venezuela, es la que ha sido también estudiada de manera sistemática por autores como Asdrúbal Baptista y Bernardo Mommer, nada más y nada menos que lo que se refiere al llamado “colapso del capitalismo rentístico”. Si bien es posible identificar similitudes con otros países en cuanto al mismo fenómeno, producto de la generación de una renta que no se produce al interior de dichos países, los efectos al interior de los mismos son similares de acuerdo a las características que conforman su historia particular, las relaciones entre la sociedad civil y el Estado, el desarrollo de las fuerzas productivas e igualmente la conformación, por demás, específica de las relaciones sociales, de dominio, de explotación, de alienación, de nuevo el fenómeno de enajenación del trabajo y de las fuerzas sociales y políticas que luchan a favor de su defensa en las condiciones de vida, al considerar el *alter ego*, a las representaciones del capital en sus diferentes formas y la existencia de las contradicciones internas que existen entre dichas formas, y la historia en particular de las luchas de los trabajadores en defensa de sus intereses y condiciones de vida, lo cual determina la necesidad de conocer a fondo el estado y el desarrollo de esas fuerzas que conforman la alternativa a la lógica rentista imperante.

Como tercera contradicción, muy particular en los actuales momentos es lo que denominamos como el agravamiento de la “crisis de hegemonía”, entendida como la capacidad o menos del sector dirigente del proceso bolivariano en la actualidad de acumular y orientar el desarrollo de las fuerzas sociales y políticas que luchan por un cambio, al unísono de la incapacidad de poner un freno a las fuerzas de la oposición, que cada vez más presentan un tinte netamente conservador, y en sus extremos con prácticas de tipo violento más cercanos a las experiencias de tipo fascista, que se ven estimulados por la acción del mismo gobierno USA y la presencia de aliados en el campo europeo en particular, y a nivel mundial en un más amplio espectro. A esta última situación con el fin de contraponerse a la misma la necesidad de resolver dicha contradicción, en conjunción con las dos antes planteadas de conformar un bloque hegemónico alternativo, que pueda conducir a través de un liderazgo político colectivo, generado desde la base, para enfrentar tanto en la táctica como en la estrategia elaborada las contradicciones que se presentan en la nuestra realidad histórica actual. Condición esta necesaria si se entienden los procesos históricos como momentos de un proceso objetivo, que debe ser reconocido para poder avanzar en la posible solución integral de las contradicciones propias de la naturaleza de la sociedad en que vivimos y en relación con la naturaleza misma en que nos encontramos.

Un apropiado reconocimiento de tales contradicciones es punto inicial para poder contribuir al desarrollo de una estrategia y una táctica adecuada a los tiempos históricos que nos están tocando vivir, todo ello como punto de partida para un análisis más concreto y detallado del lugar que ocupan las diferentes fuerzas sociales y políticas que deben estar alineadas en principios y acciones consecuentes para alcanzar un cambio profundo en la dirección de una sociedad basada, repetimos, en la lógica del metabolismo del trabajo, simplemente, el de una sociedad socialista, como parte del desarrollo histórico de las luchas libradas a nivel mundial, y en particular en el contexto latinoamericano y caribeño.

G.: O que muda na relação dos Estados Unidos com a Venezuela e a América Latina a partir da eleição presidencial estadunidense?

G.: En absoluto, más de lo mismo. Dos caras de una misma moneda. La presencia de un empresario del mundo inmobiliario financiero y mediático, no modifica en mucho la situación, como si un país se pudiese manejar como una unidad productiva por más grande y complicada que ella sea, como una empresa de propiedad privada, donde se mezclan los negocios pecuniarios con la política, todo ello mezclado con lo que debe ser el destino de un pueblo, de un país. Esto muestra una vez más esa contradicción antagónica insalvable, en la lógica del metabolismo del capital, como lo señala el Profesor István Mészáros, entre una Nación y una empresa transnacional.

Tampoco nada que lamentar en la presidencia que ahora concluye en USA, cuando a una persona quien abiertamente ha participado activamente en una decena de guerras y conflictos internacionales, y a quien se le otorga con antelación, el Premio Nóbel de la Paz, vaya ironía del destino, más bien debieron haberle otorgado el de “Promotor de la Guerra”, animado “cínicamente” por la obra épica de León Tolstoi.

No queda mucho que esperar sino la solidaridad de los pueblos del mundo en sus luchas por la independencia, la justicia, la libertad, la autodeterminación, y así como el mecanismo del capital se globaliza, buscar que las fuerzas de los trabajadores, los que dan su esfuerzo diario por y para la producción, se unan en un concierto paralelo y contradictorio. No queda otra ante la barbarie que pretenden continuar los nuevos imperios, los viejos en decadencia y los otros que se encuentran en gestación. Solidaridad internacional entre los pueblos con aquellos gobiernos progresistas, particularmente los que dan todavía la cara en América Latina y el Caribe, sin dejar de considerar las luchas en el resto de los continentes a favor de la paz, en el contexto de una lucha de clases como la pensaron, a su manera, los próceres de nuestros procesos independentistas de hace ya siglos, o con el ejemplo de los pueblos originarios, en este contexto repetimos de aquella frase lapidaria de “socialismo o barbarie”. O es que acaso no lo es, hoy en día, con los procesos migratorios del Medio Oriente y Africa, después de haber bombardeado sus lugares de origen, ahora lo que podemos observar son las consecuencias de tamaña agresión. Allí los que se van del gobierno USA, incluyendo los Premios Nóbel y sus Secretarías de Estado, que deberán cancelar más temprano que tarde, deudas ante los que vienen, por las responsabilidades que tuvieron, en crímenes que nos atrevemos a calificar de *lesa humanidad*. Tan sencillo como eso, esperemos que lo que viene ahora no sean los *reality show*, como adormecimiento de conciencias en más de un nuevo “Pan y circo” mediático.

G.: A deposição das armas pelas FARC e o ELN na Colômbia e o restabelecimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba significam o fim das possibilidades da Revolução e a aposta na “democracia” ou representa um novo passo rumo à construção do socialismo?

G.: La historia no solamente la escriben los vencedores, los pueblos en su devenir son actores de su propio destino, de acuerdo a las circunstancias que les toque vivir, así el papel que han jugado grandes personalidades, junto a sus organizaciones sociales, políticas, culturales, y militares cuando les ha tocado actuar. Como ejemplo de nuevo nuestros procesos independentistas ante la invasión y la dominación ejercida por las coronas de los reinos de España, Portugal, Inglaterra y otras coronas que existieron hace ya un par de siglos atrás, y algunas de las cuales pretenden continuar con tal anacronismo histórico.

Alcanzar la paz es un deseo profundo de las grandes mayorías de seres humanos que habitamos el planeta Tierra. El Siglo XX acaso no fue suficiente para mostrar la muerte y sus secuelas en niños, ancianos, gente del pueblo, fuera de los combatientes que cayeron defendiendo unos ideales en contra del franquismo primero, y luego de nazi fascismo después, cuántas víctimas inocentes se tuvieron que agregar a tan horrible holocausto. Y que cosa diferente está ocurriendo en la actualidad en Libia, Irak, Afganistán, Yemen, en Africa toda, ante la avalancha por el poder de las grandes potencias de apoderarse de sus recursos naturales, y la pretensión de dominar por la fuerza una “guerra religiosa”, siendo la situación particular de Venezuela una presa codiciada por sus recursos energéticos y minerales. Así como los piratas y corsarios de antaño dejaron su secuela en la humanidad, los imperios de hoy pretenden salirse con la suya a nombre de la libertad, de la supuesta democracia, dejando la justicia como algo inexistente y de lado. Hoy la lucha por una sociedad más justa, libre de opresión, autodeterminada, en solidaridad con los otros pueblos es una condición a cumplir. Desde la experiencia personal, en el caso venezolano, su renta proveniente del provento petrolero, fue distribuida con sus hermanos latinoamericanos y caribeños, basta pensar en el caso de Haití, pueblo trágico, y ejemplo de una primera revolución que tanto ayudó en los tiempos de la Independencia en Venezuela. Esa deuda histórica que en parte se pudo cancelar con los hidrocarburos de esta tierra generosa, queda como un ejemplo, calificado por quién quiera hacerlo y con las críticas a que se tenga lugar, como un gesto, un ejemplo de solidaridad, de hermandad fuera de los cánones del mero intercambio de valores de cambio del capitalismo que nos está tocando vivir.

G.: Há alternativa para a paz no mundo fora do comunismo?

G.: Claro que existe alternativa, la de una sociedad basada en la lógica del metabolismo del trabajo que supere las misérias y contradicciones de la época que nos está tocando vivir, la del metabolismo del capital, en su fase actual de una crisis estructural, de allí la necesidad de construir, en cada país, y a escala universal, aquel nuevo bloque hegemónico que planteo, Antonio Gramsci, el pequeño gran gigante de Ales.

Notas:

¹ Paola Estrada é Engenheira Agrônoma, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP, e militante dos Movimentos Populares Brasileiros na “Articulação Continental dos Movimentos Populares da ALBA”. E-mail: paolabeko@gmail.com

² Entrevista com João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, para o livro PENSAR, das editoras SUDESTADA/La FOGATA/ EL PERO Y LA RANA. Fevereiro 2017.

³ **Jorge Giordani** é ingeniero electrónico por la Universidad de Bologna; planificador por el Centro de Estudios de Desarrollo y Doctor por la Universidad de Sussex. Profesor Titular jubilado del Centro de Estudios del Desarrollo de la Universidad Central de Venezuela. Fue ministro de Planificación y de Economía y Finanzas del gobierno del presidente Hugo Chávez. Ha escrito y publicado, entre otros, La planificación como proceso social, Caracas, Editorial Vadell Editores, 1984; Planificación, ideología y estado: el caso Venezuela, Caracas, Vadell Editores, 1986; La transición venezolana y la búsqueda de su propio camino, Caracas Vadell Editores, 2008; La transición venezolana al socialismo, Caracas, Vadell Editores, 2009. E-mail: giordanijorge240@gmail.com